A ACESSIBILIDADE NO TURISMO: PROVIDÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA¹

ACCESSIBILITY AND TOURISM: MEASURES TO INDUCE ECONOMIC DEVELOPMENT AND TO GUARANTEE FUNDAMENTAL RIGHT OF PEOPLE WITH DISABILITIES

*Sandra Filomena Wagner Kiefer**

*Maria Constança Madureira Homem de Carvalho***

RESUMO

O turismo inclusivo e acessível² é uma realidade que deve ter como suporte a atuação engajada dos atores envolvidos. Empresários e órgãos públicos devem oferecer melhores condições de inclusão e acessibilidade com vistas à atratividade e adequação dos produtos turísticos ao maior número possível de pessoas, considerando o crescimento global do número de viagens nos dias de hoje. O pretexto da realização de grandes eventos esportivos no Brasil, a partir de 2013, não deve ser considerado como fator preponderante no sentido da promoção do turismo acessível no País. Há necessidade de inclusão imediata e definitiva das pessoas com deficiência no bojo de todas as atividades da sociedade e neste sentido, o turismo atua como beneficiário e ator do processo em questão. A inclusão do segmento das pessoas com deficiência interessa igualmente a todos os envolvidos na promoção do turismo, bem como na garantia dos direitos fundamentais, dos fundamentos democráticos da nação e para o desenvolvimento econômico do país como um todo.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade. Deficiência. Desenvolvimento Econômico. Inclusão. Turismo.

ABSTRACT

Inclusive and accessible tourism is a reality that must be sponsored by actions carried on by engaged actors. Entrepreneurs and public bodies must provide inclusion and accessibility aiming to assure suitability and attractiveness of tourist products to as many people as possible, considering the overall growth of the number of trips nowadays. The major sport events that will take place in Brazil as of 2013 should not serve as the only objective towards promoting accessible tourism in the country. There is a need for immediate and permanent inclusion of people with disabilities within all society's activities and tourism can operate as an actor and beneficiary in this process. Including people with disabilities

¹ Trabalho resultante de pesquisa no Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento do Mestrado em Direito da Universidade Cândido Mendes ó UCAM.

* Advogada formada pela Universidade de São Paulo - USP. Mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela Universidade Cândido Mendes ó UCAM, Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa de Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento do Mestrado em Direito da UCAM, Rio de Janeiro. E-mail: msckiefer@globo.com.

** Advogada formada pela Universidade Cândido Mendes - UCAM, Rio de Janeiro, professora de Direito na UCAM, Rio de Janeiro e mestranda em Direito Econômico e Desenvolvimento pela UCAM, Rio de Janeiro. Membro do grupo de pesquisa de Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Desenvolvimento do Mestrado em Direito da UCAM, Rio de Janeiro. E-mail: constanca.madureira@bhctg.adv.br

interests to all those actors involved in tourism promotion as well as on guaranteeing fundamental rights, the nation's democratic bases and the country's economic development as a whole.

KEYWORDS: Accessibility. Disability. Economic Development. Inclusion. Tourism.

INTRODUÇÃO

As autoras do presente têm se dedicado ao estudo do turismo acessível e inclusivo, procurando sensibilizar e provocar o debate porquanto no âmbito do direito o tema não é muito explorado e há premente necessidade de conscientização do meio acadêmico e da sociedade em geral a respeito dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive o direito ao turismo.

Empresários e órgãos públicos devem oferecer melhores condições de acessibilidade e inclusão com vistas « atratividade e adequação dos produtos turísticos ao maior número possível de pessoas, considerado o crescimento global do número de viagens nos dias de hoje. Ademais, entre os muitos motivos e justificativas que lastreiam essa afirmação, um deles remete « questão de natureza mercadológica. Em outras palavras, atividade econômica que, ao turismo imperiosa uma permanente profissionalização, sobretudo no que tange aos elementos de uma comercialização eficiente. Garantir a competitividade dos produtos e serviços turísticos impende, entre outras estratégias, uma criteriosa segmentação de mercado. Com isso em mente, turistas com deficiência tornam-se um público-alvo obrigatório, a ser estimulado, devidamente trabalhado e incorporado aos segmentos tradicionais de clientela do turismo.

O pretexto da realização de grandes eventos esportivos no Brasil, a partir de 2013, não deve ser considerado como fator preponderante no sentido da promoção do turismo inclusivo e acessível no País. A inclusão do segmento das pessoas com deficiência interessa igualmente a todos os envolvidos na promoção institucional e na cadeia produtiva do turismo, para a garantia dos direitos fundamentais, dos fundamentos democráticos da nação e para o desenvolvimento econômico do país como um todo. Antes de concluir, este trabalho apresenta e analisa algumas sugestões de curto, médio e longo prazo aos atores envolvidos, sejam eles, públicos, privados, a sociedade como um todo, diante do desafio que se apresenta.

1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TURISMO

O turismo ² um fenômeno social, econômico e cultural que provoca a movimentação de pessoas. Na definição do Ministério do Turismo (MTur) o produto turístico ² o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preçõ, incluindo parques, praias, museus, monumentos (produtos físicos), festividades e manifestações culturais (produtos culturais), entre muitos. A Constituição de 1988, de forma indireta, dispõe sobre o turismo, considerando-o atividade econômica responsável pelo desenvolvimento socioeconômico e, portanto, passível de promoção e incentivo pelo Poder Público (artigo 180). Necessária, pois, a atuação estatal, principalmente através de políticas públicas que se concentrem no incentivo, promoção e fiscalização da atividade. De forma indireta, o turismo também consta do texto constitucional no artigo 6º, que prescreveu o direito ao lazer, sendo o turismo uma de suas formas². Acresça-se, ainda, que as famílias têm o dever de assegurar « crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, os direitos ao lazer, « cultura e « convivência comunitária, incluindo-se também sob esse prisma, o turismo (artigo 227).

A realização dos grandes esportivos no Brasil, a partir das Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014), seguidas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (2016), não pode ser pretexto para se atuar pontualmente no tocante «s políticas públicas de promoção do turismo. É bem verdade que há uma mobilização indireta de todos os setores da sociedade gerada por isso. Contudo, também é fato que as ações do Poder Público, incluindo as do turismo, devem priorizar interesses e necessidades das populações anfitriãs. De modo singelo, pode-se dizer que destino turístico bom é aquele que é bom, antes dos outros, para quem vive nele. Além de expressivo em quantidade, esse contingente de visitantes para os próximos anos será bastante eclético, oferecendo uma oportunidade imperdível para almejar posições cada vez melhores entre os destinos internacionais. Certamente isso passará pela qualidade da imagem institucional e turística que será mostrada e oferecida. Políticas públicas de turismo, implantadas em consonância com os interesses da população local e da iniciativa privada tendem a ser exitosas. Sustentabilidade ambiental, mobilidade, acessibilidade e inclusão

² O lazer engloba três grandes grupos de atividades e de campos de negócios: (a) o baseado na mídia e desenvolvido basicamente dentro de casa - (...); (b) o baseado nas relações com os outros e com o ambiente da própria cidade - (...); (c) o baseado na viagem e na hospedagem fora de casa. Este último se confunde com turismo, possibilitando constatar que «(...) o turismo ² o nome que se dá ao lazer desenvolvido fora da cidade onde se mora (...). (CAMARGO, 2004, p. 268)

entre os quesitos fundamentais para garantir satisfação, segurança, felicidade e lazer para todos, além de permitir que o país mantenha sua competitividade no cenário mundial. Afinal, o que se pretende não é somente receber novos e maiores grupos de turistas, mas fazer com que eles voltem uma, muitas vezes. Fidelizar clientes é outra regra de mercado válida para a promoção turística. O pior cenário é aquele em que o turista foge de um destino em busca de outros que lhe sejam mais adequados, que não tenham sido deteriorados, ou que perderam seus atrativos. Não se quer ser um destino de oportunistas, escolhidos por exclusão de outros lugares, quaisquer que sejam os critérios (custos, atrativos, distâncias, segurança, infraestrutura, entre outros).

Por sua vez, apesar do direito ao lazer (e ao turismo) nem sempre receber (em) a atenção que merece (m) no meio acadêmico, especialmente no âmbito jurídico, como bem ressalta Eugénia Fátima (2007, p. 142), o lazer é tão importante para o completo exercício do direito « cidadania que vem previsto em muitas normas jurídicas, além da Constituição Federal (...)»³. No contexto dos princípios da dignidade humana e da democracia, o turismo acessível e inclusivo é um meio de garantir «s pessoas com deficiência o direito ao lazer e « cultura, dentre outros. O direito ao lazer é um direito social como o direito « saúde e « educação e, como tal, exige a atuação do Estado e de toda a sociedade para que ele seja garantido a todos, inclusive «s pessoas com deficiência. No entanto, para que elas possam ter direito ao lazer, há que se garantir a acessibilidade, a eliminação de barreiras e a não discriminação, como se abordar a seguir.

2 DEFICIÊNCIA, ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Não há como discorrer sobre deficiência sem enfrentar inicialmente o seu conceito, que não é único. Para fins do presente, adota-se o que dispõe a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convenção da ONU)

(...) Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

³ Merece menção a relação de dispositivos feita pela autora: artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança (Decreto nº99.710/90); artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/90); artigo 1º do Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/01); e artigo 3º da Lei nº8.080/90.

Referido conceito representa o modelo social de deficiência e, sob essa ótica, ela não é vista como uma questão do indivíduo, mas uma questão social, tendo a sociedade responsabilidade por sua própria incapacidade de prever e se ajustar às diferentes necessidades. Sob esse aspecto, a deficiência é resultante da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (Convenção da ONU, preâmbulo, 2006). Note-se que, apesar de a Constituição utilizar a expressão "pessoa portadora de deficiência" e da legislação em geral⁴ fazer uso dessa expressão ou de outras, como "deficiente", "portador de deficiência" ou "portador de necessidades especiais", a expressão mais indicada e que aqui se utiliza é a adotada pela Convenção da ONU: "pessoa com deficiência". Como ressalta Madruga (2013, p. 34) "a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega, não se porta (...). Tampouco deficiência traz alguma sinonímia com doença e não é expressão antônima de eficiência (que tem o seu contrário em ineficiência)".

De notar que as pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos por uma gama de instrumentos, dentre os quais, a Constituição, os tratados internacionais ratificados pelo Brasil, além da legislação infraconstitucional. A Magna Carta estabelece ao Estado o dever de promover políticas que minimizem a desigualdade social e, sob esse enfoque tratou das pessoas com deficiência em sete artigos⁵, os quais devem ser aplicados de modo a consagrar os princípios da dignidade humana, da igualdade, da cidadania e da democracia. (PIOVESAN; SILVA; CAMPOLI, 2013, p. 429). Certamente, não são os artigos citados, mas todo o ordenamento deve ter como norte referidos princípios. E não pode ser diferente quando se trata das questões envolvendo o turismo, objeto do presente. Esses direitos, por isso, não são garantidos em sua plenitude; não raro, pessoas com deficiência convivem com atitudes discriminatórias e desrespeito aos seus direitos. Muitas vezes, as autoras são questionadas sobre a necessidade de novas normas para a solução desses problemas. Registre-se que o Brasil já possui uma vasta e detalhada legislação, sendo sim, necessária, a elaboração de políticas públicas voltadas às questões específicas, acompanhadas de fiscalização, além de uma conscientização da população em geral, tanto no meio acadêmico (motivo do presente), político, das instituições públicas e privadas envolvidas e na sociedade civil como um todo. Não há dúvidas de que a normatização jurídica prevista internamente e nos sistemas de

⁴ Pode-se encontrar um rol da legislação aplicável em *Pessoa com Deficiência Legislação Federal*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), 2012.

⁵ Artigos 7º, XXXI; 23, II; 24, XIV; 37, VII; 203, IV e V; 227, I e II e 244.

proteção internacionais deve ser aperfeiçoada e consolidada⁶, mas o enfoque jurídico-formal não é suficiente para equacionar as questões que envolvem a deficiência (MADRUGA, 2013, p. 81). Sob o prisma do Poder Executivo, notam-se avanços na elaboração de políticas públicas que visam garantir os direitos das pessoas com deficiência. Isso também ocorre no turismo. Destacam-se, entre as principais ações do Plano Nacional de Turismo (PNT) em vigor, (i) a estruturação dos segmentos turísticos priorizados, especialmente, os idosos, os jovens, as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e outros públicos segmentados como pessoas com deficiência, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) (...) e (ii) a melhoria das condições de acesso dos equipamentos, atrativos e serviços turísticos, com o objetivo de oferecer condições para visitação aos atrativos turísticos com segurança e autonomia por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, de modo a universalizar a experiência turística.⁷ No bojo dos esforços para qualificar o setor turístico e seus produtos, o Programa Turismo Acessível (2012) integra a política oficial do Ministério do Turismo (Plano Nacional de Turismo) com vistas «inclusão social e ao acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística. Essas são iniciativas do Estado na área do turismo dignas de nota e que, de fato, têm causado impacto positivo. No entanto, nem todos os programas do Executivo [nas mais diversas áreas] são elaborados mediante consulta e participação [desejada] da sociedade civil, a começar das próprias pessoas com deficiência e seus familiares; e muitas vezes tais programas nem chegam a ser implementados (PIOVESAN; SILVA; CAMPOLI, 2013, p. 436).

Tem razão Madruga quando afirma que devem ser incorporadas «as ferramentas do Direito das mudanças de perspectivas em relação ao ser humano com deficiência e o seu valor intrínseco e extrínseco perante a sociedade.» (2013, p. 81). E sob essa ótica que este trabalho pretende alertar que também cabe aos atores públicos e privados que atuam no turismo incluir as pessoas com deficiência, contribuindo para que elas tenham acesso e usufruam dos seus produtos e serviços em igualdade de condições com as demais pessoas, em ambiente acessível e não discriminatório. Com efeito, a inclusão das pessoas com deficiência é dever de toda a sociedade e do Estado, que precisam deixar de excluí-las.

⁶ Há omissões e lacunas que devem ser preenchidas com a elaboração de normas sobre questões específicas, com maior participação da sociedade civil e das próprias pessoas com deficiência na elaboração dessas leis. Além disso, é necessária a previsão legal de mecanismos de fiscalização para que a eficácia da legislação não seja limitada (PIOVESAN; SILVA; CAMPOLI, 2013, p. 435).

⁷ «A formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil para os próximos anos. Resulta do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo. O plano foi construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015.»

(...) INCLUIR, significa, antes de tudo, ãdeixar de excluir. Pressupõe que **todos** fazem parte de uma mesma comunidade e n̄o de grupos distintos. (...) a **inclus̄o** exige que o Poder PÙblico e a sociedade em geral ofeream as condiçes necessrias para **todos**. (...) n̄o se espera a inserçõ apenas daquele que consegue ãadaptar-seõ, mas garante a adoçõ de açes para evitar a exclusõ. E, diante da desigualdade jã presente, exige que se faa uso de medidas positivas, quotas aliadas a polìticas pÙblicas, por exemplo, para a sua reduçõ (Ff VERO, 2007, p. 38, grifo do autor).

Tenha-se em mente que inclusõ e acessibilidade n̄o significam a mesma coisa. Scott Rains explica de maneira muito didática essa diferenã: a acessibilidade se refere a coisas e espaos e 2 objeto de normas e regulamentos; a inclusõ, por sua vez, se refere « vida humana, diz respeito « comunidade. *It involves a drawing-in of newcomers by those who are already privileged to share in a particular social good. It is the hospitality response - the sign of a healthy community.*” E adiante, ainda sobre inclusõ, complementa: *“It goes beyond measurement of physical infrastructure to record the increase in social capital and draws new community members into full participation in the act of doing soõ.* (2011, p. 36-37).

A Convençõ da ONU consagra o princìpio da acessibilidade⁸ prevendo medidas a serem tomadas pelos Estados partes visando a sua garantia (artigo 9à) e deixa claro que a acessibilidade 2 uma pr2-condiçõ para os outros direitos fundamentais (prembulo). Apesar de o artigo 9à ser dirigido aos Estados Partes, da mesma forma afeta o ãmbito privado, jã que os serviços e instalaçes privados abertos ao pÙblico ou de uso pÙblico devem estar em conformidade no tocante « acessibilidade (BARCELLOS; CAMPANTE, 2012, p. 182). Isso vale, obviamente, para o setor turfìstico. Necessria, ainda, a alusõ especìfica «s crianas e adolescentes com defici´ncia que, da mesma forma, t´m direito « acessibilidade⁹. Na verdade, o direito « acessibilidade: õ2 direito instrumental, pois viabiliza a exist´ncia de outros direitos. Sem a acessibilidade, n̄o se pode falar em direito « saãde, em direito ao trabalho, em direito ao lazer, dentre outros. Se n̄o pode se locomover, como poderã ir trabalhar?õ (ARAÚJO, 2011, p. 59). Tornar um local acessìvel envolve muito mais que construir uma rampa ou um banheiro adaptado. Al2m de instalaçes e equipamentos acessìveis, devem ser removidas todas as barreiras, inclusive de atitude e de comunicaçõ, que impedem que as pessoas com defici´ncia participem com seguranã e em igualdade de condiçes com as demais pessoas,

⁸ Ver tamb2m a Lei nà 10.098/00 que dispõe sobre acessibilidade.

⁹ A Constituiçõ, quando trata da famìlia, da crianã, do adolescente, do jovem e do idoso, tamb2m dispõe sobre acessibilidade, referindo-se « ãfacilitaçõ do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminaçõ de obstáculos arquiteturais e de todas as formas de discriminaçõõ bem como ãnormas de construçõ dos logradouros e dos edifìcios de uso pÙblico e de fabricaçõ de veìculos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado «s pessoas portadoras de defici´ncia.õ (artigo 227, È 1à II e È 2à).

das atividades. Em suma, um ambiente acessível demanda adaptações razoáveis, levando-se em conta o desenho universal (ambos definidos no artigo 2º da Convenção da ONU). De notar que não se pretende onerar os agentes privados e públicos que desenvolvem atividades voltadas para o turismo, em adaptações que causem ônus excessivos, a ponto de inviabilizar suas atividades, negócios ou projetos, bastando para isso que sejam feitas as adaptações razoáveis. De outra feita, a recusa de adaptação razoável importa em discriminação por motivo de deficiência (artigo 2º da Convenção da ONU).

Importante também considerar que há muitas formas pelas quais os produtos turísticos podem se adaptar para receber as pessoas com deficiência, mas elas não podem ser discriminatórias. Tanto a Convenção da ONU quanto a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala) dispõem a respeito da discriminação¹⁰ e contemplam as vertentes repressiva (atinentes « proibição da discriminação ») e promocional (atinentes « promoção da igualdade »), no que tange « proteção dos direitos das pessoas com deficiência » (PIOVESAN; SILVA; CAMPOLI, 2013, p. 432). Por sua vez, a Constituição repudia a discriminação em seu artigo 3º, o que faz com que os agentes públicos e privados que atuem no ramo do turismo devam ter cautela nas atitudes, decisões e quaisquer atos que possam vir a ser caracterizados como discriminatórios. É certo que nem toda diferenciação comporta discriminação e a própria Convenção da Guatemala aceita a existência de diferenciação¹¹. As adaptações e diferenciações são aceitas quando necessárias e não discriminatórias e possibilitam, « pessoa com deficiência, decidir se quer ou não se utilizar do ambiente e ou equipamento, ou ainda, da prioridade que lhe é ofertada ».

3 CONSCIENTIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TURISMO

¹⁰ « Discriminação por motivo de deficiência » significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável; (artigo 2º da Convenção da ONU). Já para a Convenção da Guatemala, a « discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência » é toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais.

¹¹ « Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito « igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência (...) » (artigo I, 2, b) da Convenção da Guatemala).

A despeito do grau crescente de conscientização acerca da importância e inevitabilidade que cercam o tema da inclusão e acessibilidade no turismo, ainda há uma longa trilha a ser percorrida em um país de dimensões gigantescas como o Brasil. Não basta apenas construir e criar os atrativos. Há que se cuidar deles, fazer melhorias e adaptações em função dos tipos, usos e destinatários. O planejamento turístico pressupõe ordenação das ações humanas, direcionamento para construção de equipamentos e facilidades, como profilaxia dos efeitos negativos nos recursos ligados « atratividade dos destinos e como instrumento de controle de desvios, desperdícios, sub ou superdimensionamento de verbas públicas e/ou privadas. Cotejando os conceitos de planejamento, depreendem-se duas ideias: a de complexidade (do processo, do sistema, do mecanismo em si) e a de ação dirigida para o futuro. Com isso em mente, a contribuição do planejamento turístico se materializa na garantia do desenvolvimento da atividade sem prejuízo das suas fontes de existência. Mais uma vez, a invocação dos eventos esportivos (Copas das Confederações e do Mundo, seguidas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos), não basta por si, pois são acontecimentos efêmeros. Aqui, todo o planejamento deve contemplar uma visão de futuro na qual os legados serão verdadeiros acréscimos « qualidade de vida, ao desenvolvimento sustentável, econômico, social. Capacitar pessoas, serviços e produtos para a atividade turística, garantir a relação da boa imagem da destinação com qualidade dos serviços prestados e compromisso com a acessibilidade, passa inexoravelmente pela inclusão do segmento de pessoas com deficiência entre os mercados prioritários e urgentes do turismo.

Economically, inclusion expands your market. It just makes good business sense. Advertising persuades a customer they need your product - whether they do or not. Designing a product that communicates, on first sight, that it is usable by a potential customer lets the product be its own advertisement. Consumers who regularly find themselves overlooked tend to be enthusiastically loyal when they discover a company that goes out of its way to meet their needs. Think of the smile on a disabled kid's face when they recognize that the playground allows them to be included too, and they rush to play on it. Adults consumers are not all that different!
(RAINS, 2011, p. 36)

Na verdade, todas as pessoas têm o direito « diversão, ao lazer, « cultura, ao turismo, inclusive aquelas com deficiência. Não seria possível imaginar a vida do indivíduo com deficiência sem o mínimo de lazer. Esse direito se revela, desde as práticas esportivas, até mesmo, a frequência em locais públicos, como cinemas, museus, teatros, estádios esportivos etc. (ARAÚJO, 2011, p. 60). Nesse contexto, cabe ao mercado de turismo oferecer produtos e serviços acessíveis e inclusivos, livres de qualquer discriminação, aos consumidores com deficiência, que representam hoje mais de um bilhão de pessoas no mundo, aproximadamente

15 % da população mundial (Relatório Mundial Sobre a Deficiência, 2011, p. xi e 46) e, no Brasil, cerca de 46 milhões de brasileiros (aproximadamente 24% da população), segundo o Censo de 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹². Expressivo, pois, o potencial dos consumidores com deficiência para o turismo.

Feitas tais considerações, mister se faz ressaltar que o Brasil, tendo ratificado a Convenção da ONU, reconheceu o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e deve tomar as medidas apropriadas para que elas possam ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como serviços turísticos (artigo 30, 1, öö). Além disso, deve providenciar para que participem de atividades de lazer, assegurando que tenham acesso a locais de eventos turísticos e aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidas na organização de atividades de lazer (artigo 30, 5, öö e öö). É certo que o Estado e a sociedade civil devem trabalhar para atingir os objetivos da aludida Convenção: eliminar a discriminação e a exclusão, e criando uma sociedade que valorize a diversidade e a inclusão de todos. A legislação infraconstitucional também contempla a garantia dos direitos ao lazer, « cultura e ao turismo «s pessoas com deficiência¹³.

Portanto, o dever daqueles que atuam no setor turístico providenciar para que tais pessoas possam contratar e usufruir, em igualdade com as demais pessoas, os seus produtos e serviços. Dotar as cidades brasileiras de condições de acessibilidade nos seus edifícios, nas vias públicas, no maior número de ambientes possíveis, entre as prioridades, o providência que se reflete na vida dos seus cidadãos, tornando-os mais felizes, acolhedores e orgulhosos de sua cidade. Os turistas, por sua vez, não são meros observadores do ambiente urbano, fazem parte dele; interagem, formam resistências, aceleram mudanças, criam expectativas, desconstruem o aparentemente rígido cenário urbano. Um olhar especulativo, criativo, portanto, deve orientar todos aqueles por trás do planejamento e execução da promoção turística, com o objetivo de descobrir possibilidades novas para a oferta de atrativos turísticos. Mas a viagem não se circunscreve aos limites de uma cidade, transcende seus limites. Os atrativos também estão nos parques, nos mares e nos céus. As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida podem e devem fazer tudo o que outras fazem, contanto que encontrem ambientes adaptados e acessíveis. E mais, que sejam incluídas!

¹² Mais informações sobre o Censo Demográfico 2010 e as pessoas com deficiência, ver: Censo Demográfico 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.

¹³ Cita-se, a exemplo, a Lei nº 7.853/89 e o Decreto nº 3.298/99 que a regulamentam.

Certamente, uma das maneiras de se incluir socialmente as pessoas com deficiência² por meio do turismo. Diante da inexorabilidade da lei da oferta e da procura, o cliente soberano² quem escolhe o produto que mais lhe convém. Nesse sentido, quando da modulação dos produtos turísticos, eles devem ser preparados para bem receber todas as pessoas, levando em conta que, assim como são diferentes as deficiências e as pessoas entre si, diferentes são suas necessidades. Destarte, cumpre ao setor turístico conhecer sua clientela e respectivas especificidades, para melhor se preparar para recebê-la.

Não seria descabido concordar com a afirmação de que quem torna a pessoa "deficiente" é o ambiente em que ela está, o meio onde vive, consoante a visão social da deficiência já abordada neste trabalho. Investimentos em acessibilidade certamente atraem o público com deficiência, parcela com potencial a ser considerado pelo poder público e pelos empresários que atuam no setor de turismo. E não só, há que investir na inclusão dessas pessoas também, já que não basta tornar o ambiente acessível, pois a comunidade como um todo deve ser preparada para incluir as pessoas com deficiência. Para tanto, dentre outras tantas providências, o treinamento das pessoas que trabalham no mercado turístico e o uso do desenho universal² fundamental. O desenho universal, de suma importância nos ambientes e equipamentos acessíveis,²

a concepção de espaços e artefatos que visam atender, simultaneamente, todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade.

(...) a concepção e a implantação das soluções em acessibilidade arquitetônica e urbana devem atender a seus preceitos (...) de forma que os mobiliários, altura de balcões, caixas eletrônicos etc. atendam ao maior número possível de pessoas (Ff VERO, 2007, P. 158-159).

De notar que as principais normas sobre acessibilidade encontram-se previstas na Lei nº 7.853/89 e no Decreto nº 3.298/99, que tratam da política nacional para integração da pessoa com deficiência. Por sua vez, há inúmeras normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) que disciplinam com rigor técnico e detalhes, diversas questões sobre acessibilidade. Sobre turismo e também cotejando questões sobre acessibilidade, a ABNT possui noventa e três normas. É importante quanto tudo o que se aduziu até aqui² o treinamento adequado que as pessoas que lidam com um produto turístico devem receber para poder bem receber as pessoas com deficiência. Nesse sentido

O conhecimento e as atitudes são importantes fatores ambientais que afetam todas as áreas de fornecimento de serviços e vida social. Elevar a

conscientização e desafiar as atitudes negativas costumam ser os primeiros passos para a criação de ambientes mais acessveis para as pessoas com deficiência. (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011, p. 6).

E mais adiante

Mesmo depois que as barreiras físicas forem removidas, as atitudes negativas podem produzir barreiras em todas as áreas. Para superar a ignorância e o preconceito em torno da deficiência, a educação e a sensibilização são necessárias. (Relatório Mundial sobre a Deficiência, 2011, p.177).

No tocante « comunicação, o setor de turismo deve providenciar a eliminação de qualquer barreira de comunicação, principalmente para que seja garantido o direito « informação, este último também garantido constitucionalmente. De notar que a Convenção da ONU também preconiza expressamente o direito ao pleno acesso « comunicaço¹⁴ e « informaço¹⁵ (artigos 2 e 9, g e h). Infelizmente, lembra Eugnia Fávero (2007, 143), o direito « informação ² é muito reclamado e defendido por todos, mas ainda utópico para a grande maioria das pessoas com deficiência sensorial (surdez, cegueira). A autora lembra, ainda, que as pessoas que produzem informação dificilmente se lembram ou são cobradas para fazer com que essa informação seja disponível e que todos possam ter acesso a ela. E tal situação não pode assim permanecer, servindo este trabalho como um alerta ao setor de turismo, para que se adequas necessidades de seus consumidores com deficiência, também sob o prisma da informação e comunicação, disponibilizando, por exemplo, todas as informações a respeito dos seus produtos turísticos de forma acessível.

4 A ACESSIBILIDADE NO TURISMO: PROVIDÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONMICO E GARANTIA DO DIREITO FUNDAMENTAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

¹⁴ Comunicaço abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimdia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessveis. Sendo certo que lngua abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada (artigo 2 da Convenção da ONU).

¹⁵ Os Estados Partes também tomarão medidas apropriadas para: (...) Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive « Internet; e (...) Promover, desde a fase inicial, a concepção, o desenvolvimento, a produção e a disseminação de sistemas e tecnologias de informação e comunicação, a fim de que esses sistemas e tecnologias se tornem acessveis a custo mínimo. (artigo 9, g e h da Convenção da ONU).

Tornar um destino turístico acessível e inclusivo já ² uma realidade. Iniciativas públicas e privadas comprovam que investimento e planejamento corretos para oferecimento de produtos turísticos a todas as pessoas, sem exceção, considerando suas particularidades, ² uma forma de atrair nova clientela e fidelizá-la, além de ser uma forma nova de promoção. Infelizmente, as autoras notam a falta de iniciativas que também atendam as pessoas com deficiência intelectual. Construir banheiros adaptados e fornecer um cartão em braile, por exemplo, já não ² novidade nem causa espanto a ninguém. Mas o treinamento de pessoas para conhecer melhor e compreender a deficiência intelectual e saber dar atendimento adequado também a elas ² de suma importância para a sua inclusão social e no turismo especificamente. No entanto, isso não invalida todas as iniciativas que a seguir serão abordadas, valendo, apenas, como um alerta aos atores que atuam na atividade turística.

Uma rápida consulta ao portal da empresa "Turismo Adaptado"¹⁶ ² motivo suficiente para reiterar o fato de que pessoas com deficiência podem (e devem) viajar e, também, praticar esportes radicais, mergulho, esportes de neve, caminhadas ecológicas, em locais distantes, remotos e/ou inóspitos. Outra iniciativa digna de menção ² a adaptação das praias por organizações e secretarias de turismo, conforme divulgado pelo Ministério do Turismo. Esteiras de acesso ao mar, cadeiras de rodas anfíbias e profissionais qualificados para o banho assistido têm possibilitado pessoas com algum tipo de limitação a participar dessa atividade turística. Similar ao modelo lançado pelo programa "Praia para todos", no Rio de Janeiro, os programas "OrtoRio" e "Praias sem barreiras" beneficiaram praias no Rio Grande do Norte e Pernambuco, respectivamente. Alviçareira também ² a notícia da construção da trilha suspensa com acessibilidade que ligará o Posto de Informação e Controle (Pic) do Golfinho Sancho até o Mirante dos Golfinhos, Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha (PE). No estado de São Paulo, a Estância Hidromineral de Socorro tem se desenvolvido como polo turístico voltado principalmente para o turismo de aventura, com grande preocupação na oferta de acessibilidade para o público com deficiência. O turismo está entre as atividades econômicas da cidade que, além do turismo convencional e rural, oferece o turismo de aventura com mais de quinze modalidades de esportes radicais como *rafting*, *bicia-cross*, canoagem, trilhas para caminhadas e para jipes, *mountain biking*, asa delta e *trike*. Constata-se que a cidade optou pelo "Turismo para Todos", sendo que os projetos "Aventureiros Especiais" e "Socorro Acessível" foram responsáveis pela escolha de Socorro como um dos dez destinos de referência em turismo no Brasil (segmento Aventura Especial) pelo Ministério

¹⁶ Disponível em: <www.turismoadaptado.wordpress.com>, conforme referência bibliográfica.

do Turismo. Por sua vez, a mobilidade também tem sido alvo de louváveis progressos. Por meio da Resolução nº 3.871/12, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) estabeleceu procedimentos para assegurar condições de acessibilidade «s pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, usuárias de transporte rodoviário interestadual e internacional. Esses passageiros têm direito a receber tratamento prioritário e diferenciado nos ônibus com segurança e autonomia, total ou assistida, sem pagar tarifas ou acréscimo de valores no preço das passagens. A legislação infraconstitucional caudalosamente também dispõe sobre acessibilidade nos metrô e trens, tratando sobre a facilidade para a compra de passagens, existência de elevadores, rampas de acesso, elementos arquitetônicos como guichês e máquinas de vendas de passagens mais baixas, portas e portões mais largos para possibilitar a passagem de cadeira de rodas, sinalização sonora, visual e tátil.

Os benefícios, repisa-se, não são exclusivos das populações locais, mas sobremaneira daqueles que vêm de fora; no caso destes últimos, ² de se ressaltar a boa (e/ou primeira) impressão/impacto que causam por serem aeroportos, rodovias, ferroviárias, pontos de chegada e saída de viajantes. Na esteira do que tem se exposto, mister incluir a decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁷ que obrigou uma empresa aérea nacional a manter a reserva de dois assentos em suas aeronaves, em voos domésticos, para pessoas com deficiência comprovadamente carentes.

Ainda tratando de benefícios, há que se analisar outra faceta desse processo, qual seja, a consolidação do segmento de clientela ó pessoas com deficiência - no desenvolvimento da atividade do turismo. Aqui se fala de uma via de mão dupla. No espectro de metas governamentais, principalmente a partir dos comandos constitucionais inseridos no Título VII da Constituição - Da Ordem Econômica e Financeira, o turismo está entre as prioridades do Poder Público também no que tange « promoção do desenvolvimento socioeconômico (artigo 180). O diagnóstico do setor feito com base nas diretrizes que orientam o já aludido Plano Nacional de Turismo 2013-2016 identifica cinco grandes objetivos estratégicos¹⁸ a serem perseguidos e aos quais estão relacionadas metas como o incremento das chegadas e receitas de turistas estrangeiros, estímulo ao turismo doméstico, elevação dos níveis de competitividade turística nacional e aumento da capacidade de geração de empregos. De certo que esses novos ingressos contribuirão para que a atividade turística possa acrescentar uma salutar parcela de contribuição aos números da balança comercial. O setor de turismo gerou

¹⁷ Na Suspensão de Liminar (SL) 712.

¹⁸ (i) incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; (ii) incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; (iii) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; (iv) preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; e (v) promover o apoio « pesquisa, inovação e conhecimento.

R\$ 103,7 bilhões em 2009 e aumentou sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) para 3,7%, equivalente a um aumento de 4,6%, de 2008 para 2009¹⁹, números estes que tornam plausível a expectativa governamental de que alcance 6% do PIB em 2020. Dito isso, acredita-se que estas sejam algumas premissas para justificar a ilação entre turismo e desenvolvimento econômico. A qualificação de destinos turísticos brasileiros para o atendimento de públicos visitantes diversos já notória no mundo. Um bom exemplo o incentivo que se vem dando ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Travestis), entre outros motivos, pelo seu crescimento de 20% ao ano, pelo fato de circular dentro do país, de permanecer nos destinos por mais tempo e gastar 30% a mais que turistas de outros perfis. A inclusão do segmento das pessoas com deficiência, *in casu*, interessa igualmente a todos os envolvidos na promoção institucional, na cadeia produtiva do turismo e para o desenvolvimento econômico do país como um todo.

CONCLUSÃO

Não há como se pensar em qualquer atividade econômica que não inclua as pessoas com deficiência. Elas têm o direito de participar da vida social em todas as suas modalidades e, para isso, seu acesso e permanência nas mais diversas atividades devem ser garantidos. Assim também no âmbito do turismo. Tornar um produto turístico inclusivo e acessível deve fazer parte da atividade rotineira dos atores do turismo, sejam eles públicos ou privados. O bem receber, com segurança e conforto, sem discriminar, deve ser uma das pedras de toque dos destinos turísticos. Estes, por sua vez, devem estar preparados para que locais e visitantes se locomovam, visitem edifícios públicos e privados, e participem de suas atividades com facilidade. A fidelização dos turistas depende da imagem que os destinos mantêm diante desse público. O Brasil excede em atributos naturais, culturais, históricos, entre outros e a hospitalidade é um traço inerente, inquestionável do povo. Com isso, aliar programas e ações voltadas « categoria de visitantes como a das pessoas com deficiência » medida que leva ao desenvolvimento econômico pela via da atividade turística. A realização dos grandes eventos esportivos é apenas um pretexto para que haja uma mobilização para o desenvolvimento do turismo inclusivo e acessível. Embora já exista legislação suficiente para que a acessibilidade e inclusão sejam concretizadas em larga escala, não se pode prescindir de iniciativas exitosas como aquelas apresentadas neste trabalho, além de uma fiscalização eficiente e de uma

¹⁹ Conforme dados do IBGE/Ministério do Turismo, disponíveis no site do Ministério do Turismo.

permanente conscientizaçõ de todos, sejam eles pÙblicos, privados e a pr»pria sociedade. A inclusõ do segmento das pessoas com deficiªncia interessa igualmente a todos os envolvidos na promoçõ institucional, na cadeia produtiva do turismo, bem como na garantia dos direitos fundamentais, dos fundamentos democr³ticos da naçõ e para o desenvolvimento econõmico do paÍs como um todo.

REFERŽNCIAS BIBLIOGRFICAS

ANTT - AGŽNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. *Resoluçõ n° 3.871/12*. DisponÍvel em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/17277/RESOLUCAO_N__3871.html>. Acesso em: 06 set. 2013.

ASSOCIAÇÕ BRASILEIRA DE NORMAS TI CNICAS (ABNT). DisponÍvel em: <<http://www.abnt.org.br>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteçõ constitucional das pessoas portadoras de deficiªncia*. 4. ed. BrasÍlia: Coordenadoria Nacional para Integraçõ da Pessoa Portadora de Deficiªncia, 2011. DisponÍvel em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/a-protecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BARCELLOS, Ana Paula de; CAMPANTE, Renata Ramos. A Acessibilidade como Instrumento de Promoçõ de Direitos Fundamentais. In: FERRAZ, Carolina Valenªa et al. (coord.). *Manual dos direitos da pessoa com deficiªncia*. Sõ Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituiçõ (1988). Constituiçõ da RepÙblica Federativa do Brasil. DisponÍvel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 mar. 2013.

_____. *Decreto n° 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Promulga a Convençõ sobre os Direitos da Crianªa. DisponÍvel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. *Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a PolÍtica Nacional para a Integraçõ da Pessoa Portadora de Deficiªncia, consolida as normas de proteçõ, e dª outras providªncias. DisponÍvel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 05 jun. 2013.

_____. *Decreto n° 3.956, de 8 de Outubro de 2001*. Promulga a Convençõ Interamericana para a Eliminaçõ de Todas as Formas de Discriminaçõ contra as Pessoas Portadoras de Deficiªncia. Minist²rio das Relações Exteriores. DisponÍvel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio «s pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm>. Acesso em: 08 mar. 2013.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 23 ago. 2013.

_____. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. PORTAL BRASIL. *Turismo pode alcançar 6% do PIB em 2020*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/06/17/turismo-pode-alcancar-6-do-pib-em-2020>>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Notícias STF. *Mantida decisão que obriga empresa aérea a disponibilizar assentos para deficientes*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=247104>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Sociologia do lazer. In: *Turismo. Como aprender, como ensinar*. ANSARAH, Marília G. dos Reis (org). São Paulo: SENAC, 2004.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001.

Ff VERO, Eugênia Augusta Gonzaga. *Direitos das pessoas com deficiência. Garantia de igualdade na diversidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

GRAMADOSITE.COM. *Lançamento do Programa Turismo Acessível no Festival de Turismo*. Disponível em: <<http://www.gramadosite.com.br/economiaenegocios/noticias/gramadosite/id:111831#dz121120095648>>. Acesso em: 03 set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA (IBGE). Comunicação Social de 29 de junho de 2012. *Censo Demográfico 2010 – Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=2170>. Acesso em: 08 mar. 2013.

MADRUGA, Sidney. *Pessoas com deficiência e direitos humanos: »tica da diferença e ações afirmativas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Dados e Fatos ó Estudos, Pesquisa e dados sobre o setor de turismo. *Florianópolis recebe maior evento mundial de turismo LGBT. Convenção da IGLTA será realizada pela primeira vez em um país da América Latina*. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20120309-2.html>. Acesso em: 07 set. 2013.

_____. Plano Nacional de Turismo (2013-2016). Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/download_plano_nacional/PNT_-_2013_2016.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

_____. Todas as Notícias. *Turismo representa 3,7% do PIB*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20121010-2.html>. Acesso em: 02 set. 2013.

_____. Todas as Notícias. *Praias badaladas se tornam acessíveis aos deficientes: em Ponta Negra (RN) e Boa Viagem (PE) turistas com deficiência recebem ajuda para entrar no mar*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20130822-2.html>. Acesso em: 02 set. 2013.

NORONHA.COM. *Parque em Noronha (PE) terá trilha com acessibilidade*. Disponível em: <<http://noronha.com.br/site/noticias.php?post=408>>. Acesso em: 02 set. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). BANCO MUNDIAL. *Relatório mundial sobre a deficiência 2011*. Trad. Lexicus Serviços Linguísticos, São Paulo. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9788564047020_por.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013.

PIOVESAN, Flavia; SILVA, Beatriz Pereira da; CAMPOLI, Heloisa Borges Pedrosa Campoli. A Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil. In: *Temas de direitos humanos*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTADÍSTICA DE SOCORRO. *Turismo aventura especial*. Disponível em: <<http://socorro.sp.gov.br/dadosgerais>>. Acesso em: 04 set. 2013.

RAINS, Scott. *Accessibility is not Inclusion*. *New Mobility Magazine*. jan. 2011. Disponível em: <<http://www.rollingrains.com/2011/02/accessibility-is-not-inclusion.html>>. Acesso em: 04 set. 2013.

THEOBALD, William F. (org.) *Turismo global*. São Paulo: SENAC, 2002.

TURISMO ADAPTADO. *Fazendo a diferença na busca pela igualdade*. Disponível em: <www.turismoadaptado.wordpress.com>. Acesso em: 02 set.2013.